

Destruir, pensar, problematizar a história

Tiago Hercílio Baltazar¹

Resumo

Neste artigo buscamos discutir o papel da história para além do aspecto negativo de pura desconstrução e demolição que marcou a recepção das investigações arqueológicas de Michel Foucault. Passando em revista algumas tensões que envolveram este projeto, discernimos uma orientação bastante concreta em suas estratégias de problematização. A descrição arqueológica de processos históricos persegue momentos críticos nos quais as formas comuns de historiografia, escapando a si mesmas, apresentam-se insuficientes para dar conta daquilo que pretendem explicar. Porém, não esgotando-se neste estágio profilático, veremos que os limites encontrados tornam-se pontos de problematização para Foucault, isto é, pontos de partida para uma atividade crítica cujo efeito mais imediato é exercitar o pensamento num campo de novas possibilidades. Assim, o papel privilegiado da história na arqueologia parece ser o de fornecer material para uma atividade de problematização, um material cujas insuficiências serão manipuladas com vistas ao presente. É esta abertura que está implicada na noção de diagnóstico em Foucault, e que, tal como sugerimos, orienta todos os expedientes teóricos de problematização mobilizados nas suas investigações arqueológicas.

Palavras-chave: Problematização. História. Diagnóstico. Foucault.

Abstract

In this article we aim at discussing the role of history beyond the negative aspect of pure deconstruction and demolition which have marked the reception of Foucault's archaeological investigations. Reviewing the main lines of tension in this project, we have come to discern a very concrete orientation regarding the strategies of problematization. The archaeological description of historical processes seeks those critical moments in which the common forms of historiography, escaping themselves, end up insufficient to explain determinate historical aspects. Nevertheless, apart from this prophylactic stage, we shall see that the limits found by Foucault in these forms of history will become points of problematization, this is, starting points for a critical activity whose most immediate effect is to exercise thought in a field of new possibilities. Thus, the privileged role of history in archaeology seems to be an offer of (raw) material to an activity of problematization, a material which insufficiencies will be manipulated with regard to the present. It is this openness that is implied in the very notion of

¹ Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná.
E-mail: tiago.baltazar@ig.com.br

diagnosis in Foucault and, as we suggest, guides all theoretical expedients of problematization carried through in his archaeological investigations.

Keywords: Problematization. History. Diagnosis. Foucault.

O problema das narrativas

Nos anos 1960 encontramos Foucault em meio a um afrontamento contínuo com a perspectiva histórica que estaria ligada, segundo o arqueólogo, ao mesmo acontecimento que tornou possível o aparecimento das ciências positivas modernas. Muito próximas dos mitos cuja narrativa tem por função explicar a origem do mundo, dos povos, de suas técnicas e de seu pensamento, as narrativas científicas tematizadas pela arqueologia contam a conquista de um conjunto de elementos que permitem a uma ciência afirmar-se, na atualidade, em seu compromisso com a verdade. *História da loucura* (1961), de Michel Foucault, tematiza narrativas acerca do desenvolvimento gradativo dos conceitos médico-psiquiátricos que sustentam, para além da continuidade na formação de suas técnicas, uma autonomia de seu exercício. Nessa perspectiva, o surgimento da psiquiatria se daria com o momento decisivo no qual os espíritos iluminados de homens como Tuke e Pinel puderam mobilizar as forças necessárias para ver claramente toda a humanidade por detrás do escândalo. Num processo histórico supostamente preparado desde longa data, o médico psiquiatra finalmente penetrava o hospital para “quebrar as correntes” e investigar objetivamente o delírio daqueles homens, oferecendo-lhes um tratamento adequado como doentes mentais.

Dois anos mais tarde, em *O nascimento da clínica* (1963), Foucault retomará a “narrativa oficial” da medicina, segundo a qual, após uma longa era de trevas, algumas descobertas da anatomia patológica haveriam transformado a clínica médica no século XIX. Muito antes que a autópsia se tornasse uma prática regular, cientistas apetitosos violavam sepulturas na escuridão da noite, levando a medicina a descobertas que possibilitariam a decisiva “redução da distância entre o sujeito cognoscente e o objeto de conhecimento”. Desse modo, contam essas narrativas, o saber haveria feito grande progresso na clínica: o médico finalmente aproximou-se do doente, estendeu os braços, ouviu, e descobriu assim “a doença na profundidade secreta do corpo” (Cf. FOUCAULT, 1994, pp. 155-6). Tais avanços teriam se tornado possíveis quando a medicina contornou “com lentidão e prudência, um obstáculo maior, aquele que a

religião, a moral e obtusos preconceitos opunham à abertura dos cadáveres” (FOUCAULT, 1994, p. 141).

Numa entrevista com Alain Badiou, de 1965, *Philosophie et psychologie* (Cf. FOUCAULT, 2001, pp. 466-76), Foucault formulará uma narrativa do surgimento das ciências humanas como resultado da aplicação de métodos científicos a um domínio herdado da filosofia. Para essa “perspectiva positivista”, a filosofia, mesmo às cegas e na noite de sua consciência, circunscreveu um domínio, “aquele que ela chamava de alma ou pensamento, e que, agora, serve de herança a ser explorada pelas ciências humanas de um modo claro, lúcido e positivo”. Os partidários dessa história, segundo Foucault, são “pessoas que consideram que a velha tarefa filosófica, que nascera no Ocidente com o pensamento grego, deve ser agora retomada com os instrumentos das ciências humanas” (FOUCAULT, 2001, p. 467; *tradução nossa*). Em suma, a arqueologia problematiza ostensivamente narrativas que contam o momento decisivo no qual os métodos científicos, alcançando determinado estágio de desenvolvimento e objetividade, foram finalmente voltados para o alvo certo: o homem, num movimento de aproximação gradativa que explicaria o surgimento das ciências positivas no contexto de uma grande preocupação humanista. Em todos esses fatos, “imaginamos ao mesmo tempo que o humanismo foi a grande força que animava nosso desenvolvimento histórico e que ele é finalmente a recompensa desse desenvolvimento, em suma, que ele é princípio e fim” (*L’homme est-il mort?*; in: FOUCAULT, 2001, p. 568; *tradução nossa*).

Que reflexão está sendo mobilizada a partir dessas narrativas históricas? Poderíamos pensar que elas figuram na arqueologia de Foucault visando à denúncia de sua falsidade? Nesse caso, por que então a “perspectiva ingênua” reaparece com tanta frequência no decorrer das análises arqueológicas? Não se estaria insistindo demasiadamente em algo superado? Apesar da referência a uma “ilusão retrospectiva”, talvez encontremos uma pista quando nosso autor afirma ser “inútil recusá-las” (FOUCAULT, 2007, p. 460). Mas por que então não se poderia simplesmente recusar narrativas que se sabe serem ingênuas? A que tipo de crítica elas podem dar lugar?

A descontinuidade e a história

Naquela mesma entrevista com Alain Badiou, Foucault formulará ainda outro modo de ver as coisas. Ao invés de situar as ciências humanas no desdobramento inevitável da cultura Ocidental, temos razões, diz o arqueólogo, para aí mesmo reconhecer os escombros de um acontecimento bem mais profundo. Se compreendermos que na filosofia, a partir do século XIX, uma Antropologia se instalou como estrutura que realoca todas as questões no interior de um domínio que se poderia chamar finitude humana; se não se pode mais filosofar senão sobre o homem enquanto *homo natura*; vê-se então que a filosofia tornou-se assim a forma cultural no interior da qual todas as ciências do homem em geral são possíveis (Cf. FOUCAULT, 2001, p. 467). Haveria um problema, segundo Foucault, que as “narrativas oficiais” não permitiriam circunscrever. Trata-se do acontecimento pelo qual o homem apareceu na cultura ocidental e tomou conhecimento positivo de si próprio, mas em relação ao qual a escavação arqueológica não revelará um movimento de aproximação. Na hipótese de Foucault, tais narrativas oficiais não dariam conta de uma profunda reorganização do saber Ocidental na passagem para o século XIX, assunto que a arqueologia investigará insistentemente através da noção de descontinuidade, para designar rupturas que comprometeriam este fenômeno de gradativa aproximação e desenvolvimento que permeia tais narrativas.

Entretanto, a *descontinuidade* que pauta as descrições arqueológicas da passagem para o século XIX constituirá o núcleo de uma acirrada polêmica em torno de sua recepção. Foucault haveria adentrado um terreno impróprio e fracassado uma vez que, “estruturalista”, teria cometido os excessos de apostar na aplicação exclusiva de métodos não dialéticos ao estudo da história e, conseqüentemente, teria comprometido os resultados de sua pesquisa. Na esteira deste argumento, Foucault teria perdido de vista a “história viva”, pois as rupturas que ele pensou haver encontrado não diriam respeito à história, mas seriam fruto de seu ponto de partida insuficiente para dar conta deste problema. O arqueólogo teria sido levado a conceber rupturas absolutas, tornando-se incapaz de reconhecer o processo de gênese que o historiador deve perseguir a todo custo. Trata-se aí, sumariamente, da crítica formulada por Jean-Paul Sartre às teses

arqueológicas de *As palavras e as coisas* (1966), segundo a qual Foucault haveria assassinado a história².

Para além dos interesses circunstanciais deste debate caloroso, nos interessam aqui alguns movimentos decisivos de Foucault. São episódios que nos instruem sobre as tensões envolvidas nas suas estratégias de problematização da história, e que passamos agora a analisar com mais detalhe.

Em linhas gerais, a polémica em torno da noção de descontinuidade será rejeitada por Foucault num gesto que aponta, reiteradamente após a publicação de *As palavras e as coisas*, para uma série de novidades na pesquisa em história. Segundo o arqueólogo, numa entrevista concedida a Raymond Bellour em 1967, *Sobre as maneiras de escrever a história*,

(...) podemos caracteriza-las de maneira um tanto quanto esquemática: 1) estes historiadores se colocam o problema muito difícil da problematização. Percebeu-se que a periodização manifesta, escandida pelas revoluções políticas, não era sempre, metodologicamente, a melhor forma possível de recorte. 2) cada periodização recorta na história uma certa camada de acontecimentos e, inversamente, cada camada de acontecimentos requer sua própria periodização. Trata-se de um conjunto de problemas delicados, uma vez que, segundo o nível que se escolhe, será preciso delimitar periodizações diferentes e, conforme a periodização que se adote, serão atingidos níveis diferentes. Chegamos assim à metodologia complexa da descontinuidade. 3) A velha oposição tradicional entre as ciências humanas e a história (as primeiras estudando a sincronia e o não-evolutivo, a segunda analisando a dimensão da grande mudança incessante) desaparece: a mudança pode ser objeto de análise em termos de estrutura, o discurso histórico é povoado de análises emprestadas à etnologia e à sociologia, às ciências humanas. 4) se introduz na análise histórica tipos de relação e modos de ligação muito mais numerosos do que a universal relação de causalidade pela qual se havia querido definir o método histórico (FOUCAULT, 2001, p. 614 ; *tradução nossa*).

2 Sobre uma das formulações clássicas desta crítica, Cf. SARTRE, *Jean-Paul Sartre Répond*, in: Revue L'Arc. Paris: Duponchelle, 1990. No pensamento de Sartre a partir dos anos 1950, a racionalidade dialética é a única capaz de dar conta da história, isto é, de compreender as relações entre a liberdade e a situação, entre os fatores condicionantes e a ação transcendente dos indivíduos. Ela é a própria *práxis* humana – motor da história – que volta sobre si mesma para iluminar sua relação com a situação de todos esses fatores. Sobre a elaboração mais completa deste assunto por Sartre, Cf. SARTRE, *Crítica da razão dialética*. Paris: Éditions Gallimard, 1960. Sobre a questão mais específica da insuficiência das disciplinas estruturais para pensar a mudança, Cf. também SARTRE, *L'Anthropologie*, in: *Situations Philosophiques*, Gallimard, 1972.



Neste contexto, segundo Foucault, veremos os fenômenos de ruptura multiplicarem-se, trazendo à tona um novo conjunto de problemas que passam a fazer parte do campo metodológico da História³. Em sua *Resposta ao Círculo de Epistemologia*, de 1968, Foucault sublinha o novo lugar assumido pela noção de descontinuidade:

De fato é a noção de descontinuidade que mudou de estatuto. Para a história, em sua forma clássica, o descontínuo era ao mesmo tempo o dado e o impensado: aquilo que se oferecia sob a forma de acontecimentos, instituições, ideias, ou práticas dispersas: era o que devia ser contornado pelo discurso do historiador, reduzido, apagado para que pudesse aparecer a continuidade dos encadeamentos. A descontinuidade era o estigma da dispersão temporal que o historiador deveria suprimir da história. Ela se tornou, atualmente, um dos elementos fundamentais da análise histórica (FOUCAULT, 2001, p 726; *tradução nossa*).

Em determinados momentos, sugere a insuficiência da oposição estrutura-devir para dar conta destes problemas:

– Eu responderia que, tal como penso, o verdadeiro problema hoje é constituído somente na aparência pela relação entre sincronia e diacronia, ou entre estrutura e história (...) Em suma, se o problema se reduzisse a isso, seria muito fácil colocar-se de acordo. Sobre esse ponto poderíamos assistir discussões bem interessantes, mas jamais graves polêmicas (*Qui êtes-vous, professeur Foucault?*, in: FOUCAULT, 2001, pp. 636-7; *tradução nossa*).

Num tom ainda mais irônico, Foucault fala a respeito de um mito que os filósofos haveriam produzido em torno da história:

Esta reprovação nunca me foi feita por um historiador. Há um tipo de mito da história para filósofos. Você sabe que os filósofos são, em geral, bem ignorantes de todas as disciplinas que não são as suas. Há uma matemática para filósofos, há uma biologia para filósofos, pois bem, há também uma história para filósofos. A história para filósofos é uma espécie de grande e vasta continuidade em que vêm se misturar a liberdade dos indivíduos e as determinações econômicas e sociais. Quando se toca em qualquer um desses grandes temas, continuidade, exercício efetivo da liberdade humana, articulação da liberdade individual sobre as determinações sociais, quando se toca em um desses três mitos, imediatamente as bravas gentes se põem a gritar pelo assassinato da história (*Foucault répond à Sartre*, in: FOUCAULT, 2001, pp. 694-5; *tradução nossa*).

3 Sobre este ponto, Cf. Introdução a *A arqueologia do saber* (1969), em que o autor discute longamente a “mutação epistemológica da história”.

Essas passagens nos permitem concluir que, paradoxalmente, é na justa medida em que um dos lados dessa polêmica (os defensores da “história viva”, que criticam o uso da descontinuidade na arqueologia) negligenciaria a profunda mutação do saber histórico ventilada por Foucault, que se desloca o problema da arqueologia para o terreno da história enquanto disciplina, isto é, como se Foucault estivesse às voltas com uma revisão dos métodos praticados no *métier* do historiador. Em suma, a “história viva” que se opõe forçosamente à arqueologia indicaria que o verdadeiro problema tratado por Foucault não haveria sido compreendido nesta pseudopolêmica.

Vimos até aqui duas hipóteses para se compreender a proposta da arqueologia que, todavia, nos deixam a impressão de que perdemos o essencial. A primeira entende tratar-se da denúncia de um equívoco perpetuado na história (na prática, a arqueologia defenderia, por exemplo, que a loucura não existe). A segunda entende que se trata de uma polêmica direta com a noção de devir histórico (a arqueologia, descuidando-se de aspectos metodológicos e recusando a dialética, resultaria numa análise prolixa de imobilidades). Pensamos que a insuficiência destas interpretações está no fato de que ambas atribuem aos expedientes arqueológicos de problematização da história um fim em si mesmos. Daí que a arqueologia apareça, no primeiro caso, como uma crítica desproposita e puramente demolidora e, no segundo, incapaz de justificar o uso de seus métodos diante dos procedimentos estabelecidos para a pesquisa em história.

Entretanto, entendemos que o problema da arqueologia não está suficientemente colocado através dessas críticas. Em não se tratando de fazer ou refazer história, restaria por descobrir de que modo essas narrativas que contam a história da psiquiatria ou da medicina, todas essas “leituras cursivas do positivismo”, aparecem como um problema para Foucault. Por que necessitam ser invocadas constantemente? O que há para além de sua mera desconstrução? O que está em jogo nesta crítica arqueológica que se aventura por expedientes teóricos fortemente polêmicos?

Produção, perigo e problematização

Uma coisa, no entanto, parece unânime: nos objetos e fatos históricos, nas singularidades por vezes exóticas que Foucault tematiza, trata-se de apontar-lhes uma



precariedade, no sentido em que Paul Veyne afirma ser a *raridade* a intuição inicial de Foucault:

A intuição inicial de Foucault não é a estrutura, nem o corte, nem o discurso: é a *raridade*, no sentido latino dessa palavra; os fatos humanos são raros, não estão instalados na plenitude da razão, há um vazio em torno deles para outros fatos que o nosso saber nem imagina; pois o que é poderia ser diferente; os fatos humanos são arbitrários, no sentido de Mauss, não são óbvios, no entanto parecem tão evidentes aos olhos dos contemporâneos e mesmo de seus historiadores que nem uns nem outros sequer os percebem (*Foucault revoluciona a história*, in: “Como se escreve a história”. VEYNE, 2008, pp. 239-40).

Nessa atenção aos perigos que rondam todo empreendimento histórico – atenção facilmente confundida com uma defesa das minorias excluídas – não devemos perder de vista a estratégia de alguém que pensa em primeiro plano os gestos positivos. Segundo Mathieu Potte-Boneville, em *Michel Foucault, l'inquietude de l'histoire*, haveria uma dimensão produtiva da história – que ao longo de sua obra Foucault buscou conceituar com os termos “estrutura”, “*epistémê*” ou “dispositivo” – que, somada a esta atenção pela precariedade de seus empreendimentos, daria a pensar de modo interessante o lugar da história na obra de Foucault:

Aos mitos essencialistas, Foucault opõe a ordem das positivities [...] Ele também pode ser lido como o pensador da rica fecundidade das estruturas, da inventividade das tecnologias, de uma diversidade do real para a qual, não se medindo por nenhum fundo de mundo, nada falta nem ninguém. A este motivo, todavia, se associa constantemente um outro, mais sombrio, e que complica esta imagem de “positivismo feliz”. Porque poucos autores, ao mesmo tempo, se interessam tão de perto pela loucura, pela doença, pelo crime, pela infâmia, pela correção – a título, não de figuras para uma filosofia em busca de metáforas, mas de desastres singulares, de defeitos íntimos, de questões sem respostas, endurecidas na ordem dos saberes aos quais elas deram lugar. Poucos autores, do mesmo modo, responderiam com um “tudo é perigoso” à injunção que lhes é feita de propor programas para o porvir. Primeiro enigma, então: se se trata sempre, em Foucault, de pensar o positivo, no duplo sentido do efetivo e do fecundo, trata-se igualmente de tomar como problema central as discontinuidades, as falhas, em suma os elementos negativos que, tornando saber e discurso inadequados a seus próprios princípios, formam tantas aberturas perigosas (POTTE-BONEVILLE, 2004, p. 9; *tradução nossa*).

O *insight* de Potte-Boneville é o de que a atividade de problematização pela qual Foucault visa tornar saberes e discursos inadequados a seus próprios princípios opera



através da descrição de processos positivos em que se compreende a produção de figuras históricas muito singulares. Assim, se a dissolução, na história, da consistência precária das coisas, assume num primeiro momento um aspecto demolidor, veremos que ela se orienta, diferentemente, pela descrição de processos positivos – como sinônimo de construção, de elaboração de figuras históricas, naquele sentido nietzschiano em que a história é uma fábrica⁴. Descrição de práticas, em suma, que sustentariam as evidências em torno de um objeto, de uma racionalidade, de uma verdade, e em cujo esforço para se pensar os fatos históricos nos termos de uma “descrição positiva”, discursos e práticas deixam aflorar pontos de insuficiência nos quais escapam a si mesmos. É desse modo que Potte-Boneville comenta, a propósito de *História da loucura*, o tipo de descrição “positiva” realizada por Foucault:

Vemos que “positivo” se opõe ao *positivismo*, desde então colocado entre aspas, e identificado à ideia de um progresso contínuo do saber, pouco a pouco depurado de tudo o que poderia ser obstáculo à simples percepção de uma realidade, suposta constante sob as diversas significações culturais e históricas que poderiam recobri-la. A descrição dos “processos positivos” vem agora contestar, por um lado, a permanência de um fato da loucura, que haveria permanecido imutável para além dos acasos da história; por outro lado, a ideia de um conhecimento que procederia simplesmente por esclarecimento do olhar, pela supressão das ideias falsas. Seria preciso considerar, ao contrário, a emergência de uma nova forma de saber, e aquela de uma nova figura da loucura, como os efeitos de uma produção histórica regrada; é esta produção que a psiquiatria nega, retrospectivamente e de maneira *‘mítica’*, quando afirma que seu objeto é natural, e que a esperava por detrás das brumas da ignorância (POTTE-BONEVILLE, 2004, pp. 34-5; *tradução nossa*).

Apontar a precariedade de discursos, práticas ou objetos históricos, portanto, é bem outra coisa. Trata-se de um levantamento dos limites das formas plenas de consciência histórica através de uma descrição que isola o resultado de processos históricos em sua singularidade. Esse objeto finalmente aparecerá na descrição de Foucault, não como resultado de uma arbitrariedade, mas na complexa ligação que ele mantém com a multiplicidade dos processos históricos que o sustentam. A plenitude dessas perspectivas que se fragilizam com a descrição de Foucault é sinônima do desconhecimento do vazio a sua volta: acreditam-se instaladas num processo de

4 “Alguém quer descer o olhar sobre o segredo de como se *fabricam ideais* na terra? Quem tem a coragem para isso?... Muito bem! Aqui se abre a vista a essa negra oficina (...) Esta oficina onde se *fabricam ideais* – minha impressão é de que está fedendo de tanta mentira!” (NIETZSCHE, *Genealogia da moral: uma polêmica*. pp. 34-5).



desenvolvimento histórico que se ordenaria pelo preenchimento gradativo e necessário do campo de todas as possibilidades dadas. Desconhecem, em última análise, o perigo que ronda todo empreendimento histórico. E este perigo, levando a cabo nossa definição dos termos, seria relativo à instabilidade de tudo o que é historicamente produzido, não podendo qualquer empreendimento ser assegurado por algo que não fosse ele mesmo histórico – daí que, para Foucault, tudo seja perigoso, isto é, precário, muito singular, e rodeado pelo vazio de todas as demais possibilidades que não puderam se concretizar com o seu acontecimento.

Esta questão pelos limites, nós a encontraremos patente em cada uma das razões com que Foucault, em diferentes momentos, chamou sua história uma arqueologia: em *História da loucura*, opera-se um deslocamento da interrogação para extrapolar o nível puramente epistemológico de conhecimento da loucura e dirigir-se àquilo que constituía sua percepção. Em *O nascimento da clínica*, a interrogação por uma “outra coisa que” (FOUCAULT, 1994, p. IX) as narrativas oficiais não davam conta e que dizia respeito às suas próprias condições de possibilidade. Em *As palavras e as coisas*, a descrição de simultaneidades, no espaço mais geral do saber, visando encontrar o *a priori* histórico em que os conhecimentos enraízam sua positividade e a partir do qual se situam entre os limites do aceitável. *A descrição arqueológica de processos históricos perseguirá esses momentos críticos nos quais as narrativas, escapando a si mesmas, apresentam-se insuficientes para dar conta daquilo que pretendem explicar. Cada um desses limites encontrados nas formas comuns de historiografia tornam-se pontos de problematização para Foucault.*

A partir daí, o primeiro passo da problematização arqueológica será levantar tudo o que diz respeito às condições de aparecimento dessas narrativas e que elas mesmas não dariam conta. Ao lermos as obras arqueológicas, encontramos um expediente de problematização muito comum, segundo o qual o conteúdo narrado pela perspectiva positivista aparece como uma retrospectiva que não se harmoniza com a perspectiva arqueológica, isto é, aquela perspectiva alternativa que se produz através das descrições sistemáticas realizadas por Foucault. Veremos também que essas narrativas, selecionando determinados fatos que consideram importantes para explicar uma descoberta, ao mesmo tempo deixam de lado outros fatos igualmente relevantes sem uma justificativa coerente para isso. Que elas produzem paradoxos, prolongam-se em aporias, pressupõem algo que se conhecerá não ter de fato existido. Em suma, tais

narrativas oficiais sobrepõem aos acontecimentos uma orientação finalista que se revelará duvidosa ao olhar do arqueólogo.



Seria essa a incapacidade patente de nossa cultura, segundo Foucault, para colocar o problema da história de seu próprio pensamento? (Cf. FOUCAULT, 2001, p. 531) Seria essa a justificativa para que Foucault afirme que em uma cultura como a nossa os discursos aparecem sobre o pano de fundo do desaparecimento daqueles acontecimentos que os tornaram possíveis?

De fato, a história detém, com relação a minha investigação, uma posição privilegiada. Porque em nossa cultura, pelo menos há vários séculos, os discursos se encadeiam sob a forma de história: recebemos as coisas que foram ditas como vindas de um passado no qual elas se sucederam, se opuseram, se influenciaram, se substituíram, se engendraram e foram acumuladas. As culturas “sem história” não são evidentemente aquelas nas quais não haveria acontecimento, evolução, nem revolução, mas nas quais os discursos não se acumulam sob a forma de história; eles se justapõem; eles se substituem; são esquecidos; transformam-se. Pelo contrário, em uma cultura como a nossa, todo discurso aparece sobre um fundo de desaparecimento de qualquer acontecimento. Eis porque, estudando o conjunto dos discursos teóricos concernentes à linguagem, à economia, aos seres vivos, eu não quis estabelecer as possibilidades ou as impossibilidades *a priori* de tais conhecimentos. Quis fazer um trabalho de historiador mostrando o funcionamento simultâneo desses discursos e as transformações que davam conta de suas mudanças visíveis. No entanto, a história não tem que representar o papel de uma filosofia das filosofias, se prevalecer de ser a linguagem das linguagens, como o queria, no século XIX, um historicismo que tendia a atribuir à história o poder legislador e crítico da filosofia. Se a história possui um privilégio, este seria, de preferência, na medida em que ela desempenharia o papel de uma etnologia interna de nossa cultura e de nossa racionalidade, e encarnaria, consequentemente, a própria possibilidade de toda etnologia (*Sur les façons d'écrire l'histoire*, in: FOUCAULT, 2001, p. 626; tradução nossa).

Conclusão

Os processos históricos descritos na arqueologia são aqueles que produzem e sustentam evidências em torno de um regime atual de compreensão acerca do que são as coisas, no interior de uma configuração de relações determinadas, aquelas a partir das quais nos reconhecemos na atualidade: quem são esses homens passíveis de loucura, que adoecem e se tratam com uma medicina positiva, e que se compreendem como seres que vivem, falam e trabalham? Trazer à tona os limites deste regime atual é

realizar uma “etnologia interna de nossa cultura e de nossa racionalidade”, na forma de um diagnóstico que não consiste em dizer a sua verdade – aquela que se poderia opor aos “equivocos” –, mas sim analisar as condições de sua transformação numa atividade que consiste na própria torção entre perspectivas. *O efeito mais imediato desta crítica, portanto, é o de produzir uma erosão, o de fragilizar a naturalidade das coisas abrindo um campo de novas possibilidades para o exercício do pensamento – este mesmo pensamento que é o próprio “lugar”, desde o início, desta atividade de problematização.* Numa palavra, todo o interesse desta problematização realizada pela história arqueológica está no presente:

Se o que eu faço tem alguma coisa que ver com a filosofia, é muito possível, sobretudo na medida em que, pelo menos desde Nietzsche, a filosofia tem como tarefa diagnosticar e não mais buscar dizer uma verdade que pudesse valer para todos e para todo o tempo. Eu busco diagnosticar, realizar um diagnóstico do presente: dizer o que nós somos hoje e o que significa, hoje, dizer o que nós dizemos. Este trabalho de escavação sob nossos pés caracteriza desde Nietzsche o pensamento contemporâneo, e neste sentido eu posso me declarar filósofo (*Qui êtes-vous, professeur Foucault?*, in: FOUCAULT, 2001, p. 634; tradução nossa).

Tendo observado que as narrativas históricas problematizadas na arqueologia servem como contraponto para armar uma tensão a partir da qual Foucault estrutura e organiza uma estratégia crítica⁵, *podemos concluir que o papel privilegiado da história na arqueologia parece ser o de fornecer material para uma atividade de problematização, um material cujas insuficiências serão ponto de partida para a elaboração de uma crítica que o manipula⁶ com vistas ao presente.* Em outras palavras, desinstalar um objeto da plenitude de desenvolvimento em que ele estaria sendo preparado desde longa data, revelará o vínculo da história arqueológica com uma crítica do presente que se dá no pensamento de Foucault sob a forma de um diagnóstico. Para

5 Segundo Roberto Machado, a arqueologia de Foucault estaria organizada numa tensão entre perspectiva positivista e perspectiva crítica, ou seja, ela estaria marcada por uma “dicotomia estrutural que organiza toda a pesquisa”. No caso da arqueologia da loucura, por exemplo, essa dicotomia “corresponde à oposição entre história dos discursos, das linguagens, das teorias, dos conceitos, psiquiátricos ou não, sobre a loucura e a arqueologia da relação de força que se estabelece com o louco, independentemente da razão científica, e é capaz de estabelecer suas verdadeiras razões” (MACHADO, 2006, p. 77).

6 Daí que a história arqueológica, não sendo “mais verdadeira” do que as histórias que ela problematiza, seja considerada por Foucault uma *ficção* – a atividade ficcionante é uma tentativa de tatear, de fora, a perspectiva que é seu objeto de investigação. A ficção em Foucault parece ter essa função de saída em que se imagina como algo poderia ser diferente para que justamente com isso se compreenda o que ele é.

cada um dos três momentos da análise arqueológica de Foucault⁷, podemos claramente compreender e relacionar as estratégias de problematização da história aí mobilizadas como expedientes teóricos no interior de um processo de construção de diagnósticos.



Referências bibliográficas

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Tradução Roberto Machado. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

_____. *Dits et écrits*. vol. I. 1954-1975. Paris: Éditions Gallimard, 2001.

_____. *As palavras e as coisas*. Tradução Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *História da loucura: na idade clássica*. Tradução José Teixeira Coelho Neto. 8ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. *Ditos e escritos, vol. II, Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Manoel Barros da Motta (org.). Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2ª ed., 2008.

_____. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7ª ed., 2009.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. 3ª ed. Revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

7 Trata-se das três obras foucaultianas em que uma investigação arqueológica é de fato levada a cabo, a saber, *História da loucura* (1961), *O nascimento da clínica* (1963) e *As palavras e as coisas* (1966). A obra *A arqueologia do saber* (1969), diferentemente das obras anteriores, é uma reflexão metodológica em que a análise arqueológica toma a si mesma como objeto.



POTTE-BONNEVILLE, Mathieu. *Michel Foucault, l'inquietude de l'histoire*. Paris: Quadrige/Puf. 1^o ed., 2004.

SARTRE, Jean-Paul. *Critique de la raison dialectique. Précédé de Questions de Méthode. Tome I : Théorie des ensembles pratiques*. Paris : Éditions Gallimard, 1960.

_____. *Jean-Paul Sartre répond*. In: *Revue L'Arc*. Paris: Duponchelle, 1990.

_____. *L'Anthropologie*. In: *Situations philosophiques*. Paris : Gallimard, 1972.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Tradução Alda Baltazar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora UnB, 4^o ed., 2008.